

Itapoá Terminais Portuários S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
R. São Paulo, 31 - 1º andar - Sala 11 - Bairro Bucarein
89202-200 - Joinville/SC - Brasil
Caixa Postal 2077 - CEP 89201-970 - Joinville/SC - Brasil
Telefone +55 (47) 3205-7800
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas, conselheiros e administradores da

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Itapoá – SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Itapoá Terminais Portuários S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Itapoá Terminais Portuários S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber

Veja a notas 2.3, 2.9.v e 4 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia revisa periodicamente sua posição de contas a receber com o objetivo de determinar a redução ao valor recuperável de contas a receber. A Companhia utiliza-se de certas premissas na determinação das perdas esperadas dos títulos de crédito registrados no contas a receber, cujos critérios e metodologias são documentados em políticas internas que exigem, por sua natureza, análises sobre fatores internos e externos, tais como perdas históricas, negociações e análises individuais de risco de crédito de clientes.</p> <p>Devido às incertezas e complexidade na determinação das premissas usadas para o cálculo da perda por redução ao valor recuperável e ao impacto que eventuais alterações nas mesmas poderiam ter nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse tema um assunto significativo para a auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">• Avaliação das premissas e metodologias utilizados pela Companhia para determinar os níveis de inadimplência atentando para políticas de recebimento de créditos de difícil liquidação em comparação com dados históricos de perda;• Recálculo da perda por redução ao valor recuperável de contas a receber com base no prazo de atraso das contas a receber, e com base na análise individualizada dos títulos em atraso e os riscos de crédito dos clientes realizados pela Companhia;• Após recalcular a perda por redução ao valor recuperável de contas a receber, com base nas premissas adotadas pela Companhia, efetuamos o confronto dos saldos de clientes relevantes com as documentações de renegociações e ou documentação suporte para atribuição de risco de crédito pela Companhia; <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a perda por redução ao valor recuperável de contas a receber é aceitável no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.</p>

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 6

de março de 2020, sem modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia

e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Joinville, 10 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8



Felipe Brutti da Silva
Contador CRC RS-083891/O-0 T-SC

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Balancos patrimoniais 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	197.870	162.514	198.197	162.791
Contas a receber	4	33.314	24.249	33.314	24.249
Impostos a recuperar		9	107	40	186
Estoques		6.074	5.262	6.074	5.262
Adiantamentos		745	775	745	775
Outras contas a receber		4.030	3.930	4.030	3.930
		242.042	196.837	242.400	197.193
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Impostos diferidos ativos	5.2	37.744	48.754	37.744	48.754
Outras contas a receber		-	762	-	762
Investimentos	6	358	355	-	-
Imobilizado	7	676.594	702.109	676.594	702.109
Intangível		10.523	12.581	10.523	12.581
		725.219	764.561	724.861	764.206
Total do ativo		967.261	961.398	967.261	961.399

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Balancos patrimoniais 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais - R\$)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8	43.448	44.154	43.448	44.154
Fornecedores	9	7.992	7.899	7.992	7.899
Obrigações fiscais		7.787	4.844	7.787	4.844
Obrigações trabalhistas e sociais		15.429	10.588	15.429	10.588
Contas a pagar sobre aquisições de imobilizado		72	189	72	189
Dividendos a pagar		17.158	9.801	17.158	9.801
Outras exigibilidades		521	491	521	492
		92.407	77.966	92.407	77.967
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8	429.384	463.035	429.384	463.035
Contas a pagar sobre aquisições de imobilizado		-	71	-	71
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	10	3.867	985	3.867	985
		433.251	464.091	433.251	464.091
Patrimônio líquido					
Capital social	11	381.643	381.643	381.643	381.643
Reservas de lucros		59.960	37.698	59.960	37.698
Total do patrimônio líquido		441.603	419.341	441.603	419.341
Total do passivo e do patrimônio líquido		967.261	961.398	967.261	961.399

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais - R\$, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional líquida	13	361.444	322.848	361.444	322.848
Custo dos serviços prestados	14.1	(165.084)	(154.111)	(165.085)	(154.112)
Lucro bruto		196.360	168.737	196.359	168.736
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas comerciais	14.1	(8.472)	(8.853)	(8.472)	(8.853)
Gerais e administrativas	14.1	(46.326)	(44.059)	(46.326)	(44.059)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	4	(754)	-	(754)	-
Equivalência patrimonial	6	3	10	-	-
Lucro operacional		140.811	115.835	140.807	115.824
Despesas financeiras	14.2	(46.225)	(70.574)	(46.226)	(70.577)
Receitas financeiras	14.2	14.891	17.519	14.898	17.536
Lucro antes dos impostos		109.477	62.780	109.479	62.783
Imposto de renda e contribuição social corrente	5.1	(26.224)	(19.269)	(26.226)	(19.272)
Imposto de renda e contribuição social diferido	5.1	(11.010)	(2.245)	(11.010)	(2.245)
Lucro líquido do exercício		72.243	41.266	72.243	41.266
Lucro líquido por ação - em R\$				0,47	0,27

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	72.243	41.266	72.243	41.266
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	72.243	41.266	72.243	41.266

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais - R\$)

Nota	Reservas de lucros				Total do patrimônio líquido
	Capital social subscrito	Reservas de lucro	Reserva legal	Lucros/Prejuízos acumulados	
Em 31 de dezembro de 2018	454.344	-	-	(16.468)	437.876
Redução de capital	(72.701)	-	-	72.701	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	(50.000)	(50.000)
Constituição de reserva legal	-	-	2.812	(2.812)	-
Constituição de reserva de lucros	-	3.422	-	(3.422)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	41.266	41.266
Constituição de reserva legal do exercício	-	-	2.063	(2.063)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(9.801)	(9.801)
Constituição de reserva de lucros	-	29.401	-	(29.401)	-
Em 31 de dezembro de 2019	381.643	32.823	4.875	-	419.341
Dividendos	11	-	(32.823)	-	(32.823)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	72.243	72.243
Constituição de reserva legal do exercício	11	-	3.612	(3.612)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	11	-	-	(17.158)	(17.158)
Constituição de reserva de lucros	11	-	51.473	(51.473)	-
Em 31 de dezembro de 2020	381.643	51.473	8.487	-	441.603

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itapoá Terminais Portuários S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais - R\$)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	72.243	41.266	72.243	41.266
Ajuste para:				
Depreciação e amortização	14.1 52.225	44.033	52.225	44.033
Despesa de imposto de renda e contribuição social	5.1 37.234	21.514	37.236	21.517
Baixa de imobilizado	7 (147)	143	(147)	143
Receita de aplicação financeira	-	(6.873)	-	(6.886)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	4 754	-	754	-
Juros, variação cambial e custos com captação de empréstimos	8 31.378	56.840	31.378	56.840
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	10 2.882	187	2.882	187
Equivalência patrimonial	6 (3)	(10)	-	-
Variações em:				
Contas a receber	(9.819)	(3.478)	(9.819)	(3.478)
Impostos a recuperar	98	7.667	146	7.667
Outros ativos	(120)	2.676	(120)	2.676
Fornecedores	(95)	465	(95)	465
Obrigações trabalhistas e tributárias	7.784	2.555	7.784	2.550
Outros passivos	30	(35)	29	(34)
Impostos sobre a renda pagos	5.1 (26.224)	(19.269)	(26.226)	(19.272)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	168.220	147.681	168.270	147.674
Atividades de investimento				
Adições ao imobilizado e intangível	(24.505)	(41.387)	(24.505)	(41.387)
Aplicações financeiras	-	37.074	-	37.357
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(24.505)	(4.313)	(24.505)	(4.030)
Atividades de financiamento				
Distribuição de dividendos	11 (42.624)	(50.000)	(42.624)	(50.000)
Captação de financiamento	-	450.000	-	450.000
Pagamento de financiamento	8 (26.424)	(355.570)	(26.424)	(355.570)
Juros pagos	8 (39.311)	(34.818)	(39.311)	(34.818)
Caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de financiamento	(108.359)	9.612	(108.359)	9.612
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	35.356	152.980	35.406	153.256
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	162.514	9.534	162.791	9.535
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	197.870	162.514	198.197	162.791
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	35.356	152.980	35.406	153.256

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações sobre a Companhia

A Itapoá Terminais Portuários S.A. (“Controladora”) e sua controlada (conjuntamente, “Companhia” ou “Consolidado”) iniciou suas operações em junho de 2011, sendo considerado um dos terminais mais ágeis e eficientes da América Latina e um dos maiores e mais importantes do País na movimentação de cargas containerizadas. Tem sede no município de Itapoá - SC e foi constituída em 16 de julho de 1996, com prazo de duração indeterminado.

A Companhia é um terminal portuário de uso privado e tem como principal atividade a operação portuária e demais atividades correlatas como agenciamento de fretes, engajamento de cargas, logística e movimentação de cargas gerais e carga containerizada, podendo, ainda, participar em outras Companhias ou empreendimentos como acionista ou quotista. A missão é integrar negócios com modernidade, sustentabilidade e eficiência.

A capacidade operacional da companhia é de 1,2 milhões TEUs/ano, tendo 250.000 m² de área de pátio e 800 metros de cais.

Em dezembro de 2018 iniciou a etapa B de expansão, fases adicionais à esta etapa ocorrerão subsequentemente de acordo com o plano de investimentos da Companhia.

Todas as licenças e autorizações dos órgãos governamentais necessárias para a implantação do porto estão válidas, dentro de seus prazos legais.

A Companhia não tem obrigação de pagamento de remuneração à União, ou quaisquer outros ônus, em função da exploração do terminal portuário.

1.1 Investimento em controlada

A Companhia possui 100% de participação sobre a Porto Itapoá Logística S.A. Constituída em 28 de março de 2014, com capital inicial de R\$ 100, a controlada iniciou suas atividades em outubro de 2014. Em outubro de 2016 suas atividades foram encerradas, com a migração das mesmas para a controladora.

O objetivo deste movimento é obter eficiência administrativa na operação, uma vez que possui sinergia negocial. A controlada continuará ativa juridicamente para atendimento de eventuais outros projetos da Companhia.

1.2 Coronavírus (COVID-19)

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) era uma emergência de saúde global. A pandemia desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial da pandemia, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e poderiam gerar impactos nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia vem tomando todas as medidas necessárias para minimizar o impacto da COVID-19 nas suas operações, e principalmente nos colaboradores e seus familiares. As operações portuárias da Companhia estão em ritmo normal e a Administração avalia diariamente as

medidas de enfrentamento ao Coronavírus. Foram adotadas medidas relacionadas a medicina do trabalho como: i) afastamento de gestantes; ii) afastamento de colaboradores portadores de doenças crônicas; iii) afastamento de colaboradores com mais de 60 anos de idade; iv) afastamento de jovens aprendizes. Um total de 125 colaboradores estão sob o regime de Home Office, que foi adotado para quem exerce atividade administrativa e de apoio. A Companhia também tem 1 contrato de trabalho suspenso.

A Companhia conta com várias ações de enfrentamento à COVID-19 que são avaliadas semanalmente em reunião da administração, todas com objetivo de minimizar o impacto da pandemia a seus colaboradores e às suas atividades.

Desde 31 de janeiro de 2020, a Companhia mantém contato com os profissionais da ANVISA de São Francisco do Sul. No dia 05 de março a Anvisa realizou uma inspeção nas instalações do Porto Itapoá e foi criada pela Anvisa um grupo de contato direto com os integrantes da Baía da Babitonga, para uniformizar as informações a respeito do COVID-19.

A partir do dia 10 de março o Porto Itapoá adotou restrição as viagens para grandes centros e também restringiu visitas e reuniões. Desde o dia 17 de março estão sendo realizadas ações junto aos motoristas externos sobre prevenção ao COVID-19, sendo contratada uma ambulância para realizar o monitoramento dos motoristas que acessam o Porto Itapoá. Outra ação do Porto Itapoá foi a contratação do serviço de Telemedicina para atender os colaboradores e dependentes durante o período de pandemia, em função da restrição de consultas eletivas.

Todos os equipamentos operacionais, bem como as áreas comuns, tiveram um reforço na higienização, havendo também alterações nos locais de alimentação. Em parceria com artesãos do município de Itapoá, foram confeccionadas 10.000 máscaras de tecido para doação aos municípios e aos colaboradores do Porto Itapoá. Também foram doadas 4.500 máscaras cirúrgicas do tipo N95 ao Pronto Atendimento 24 horas do município de Itapoá, além da doação de álcool em gel e protetores faciais. Em parceria com a Associação Comercial e Industrial de Joinville, foram efetuadas doações para aquisição de um respirador e também para reforma de uma ala do Hospital Municipal São José.

A Companhia avaliou suas projeções de curto e longo prazo, que contemplam os fluxos de caixa projetados e entende ter plena condição de continuidade operacional conforme apresentado nas respectivas demonstrações financeiras. Da mesma forma, mantém constante acompanhamento do contexto econômico brasileiro e mundial.

Neste momento, a Companhia não identificou fatores em sua operação que demandem uma avaliação detalhada dos valores recuperáveis de seu ativo imobilizado e recuperabilidade dos impostos diferidos. Em relação aos seus clientes, a Companhia mantém as condições de recebimento normais durante este período, não apresentando nenhuma indicação adicional de não recebimento ou perdas.

Adicionalmente, conforme divulgado na nota explicativa 16, sobre gerenciamento de riscos financeiros, a Companhia está exposta à taxas de juros, variações em taxas de câmbio, em função principalmente das suas atividades operacionais. Os possíveis impactos da pandemia na nossa exposição à variação da taxa de juros e em taxas de câmbio foram divulgados na análise de sensibilidade.

2 Resumo das principais políticas e premissas contábeis

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras individuais (Controladora) e consolidadas (Consolidado) foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e, somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria da Companhia em 10 de março de 2021. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas:

Nota Explicativa 4 - Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber;

A redução ao valor recuperável de contas a receber foi constituída com base nos saldos em aberto de determinados clientes que, segundo julgamento da Administração, cujos critérios e metodologias são documentados em políticas internas que tratam sobre como perdas históricas, negociações e análises individuais de risco de crédito de clientes, há maior risco de não liquidação, e com base na perda esperada de crédito e análise individual dos mesmos. A despesa com a constituição da redução ao valor recuperável de contas a receber está totalmente reconhecida no resultado. Quando não existe expectativa de recuperação do montante provisionado, os valores creditados na rubrica são realizados contra a baixa definitiva do título.

Nota Explicativa 5 - Imposto de renda e contribuição social diferido;

Ativo fiscal diferido foi reconhecido com base nos prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos

prejuízos. O valor reconhecido sobre prejuízos fiscais foi registrado com base em plano de negócios preparado pela Administração que demonstra sua recuperação nos próximos quatro anos.

Nota Explicativa 7 - Imobilizado

A determinação da vida útil dos ativos imobilizados é revista no encerramento de cada exercício, e ajustada de forma prospectiva, quando for o caso. Obras em andamento, instalações e equipamentos são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada. Este custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisam ser substituídas em intervalos, a Companhia deprecia separadamente com base em sua vida útil específica. Da mesma forma, quando for realizada uma inspeção de grande porte, seu custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição, se os critérios de reconhecimento forem atendidos.

Nota explicativa 10 - Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado

2.5 Base de consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

A Companhia detinha a seguinte participação societária direta em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Investida	Tipo	País (sede)	Atividade principal	Percentual de participação	
				2020	2019
Porto Itapoá Logística	Controlada integral	Brasil	Serviços Logísticos	100%	100%

A participação societária em sociedade controlada está avaliada pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Nas demonstrações financeiras consolidadas o investimento e todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido nas controladas são eliminados integralmente. Não há investimentos em sociedades de controle conjunto.

Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. O exercício social da controlada é coincidente com o da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme às da Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia na sua controlada.

2.6 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. A receita de serviços é reconhecida no momento em que a mesma é repassada ao cliente. Quando há incerteza com relação à mensuração dos serviços ou à materialização dos benefícios futuros, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

2.7 Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados é registrado no resultado quando incorrido.

2.8 Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de

competência.

Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Impostos diferidos

Impostos diferidos são gerados na data do balanço por diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível no futuro para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e perdas e créditos tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre venda, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas das operações realizadas no Brasil estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Imposto/contribuição		Alíquota (%)
PIS	Programa de Integração Social	1,65
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	7,60
ISSQN	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	5,00

Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

2.9 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado - VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não

for designado como mensurado ao VJR:

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, A Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação de objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado exercício de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros.

Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).
O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, quando relevantes, e são, subsequentemente, apresentados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de deferir a liquidação do passivo por pelo menos, 12 meses após a data do balanço custos dos empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição de ativo qualificável formam parte do custo de tal ativo. Outros custos de empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transferem e nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
e Ativos de contrato.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente se este estiver com mais de 360 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
O ativo financeiro estiver vencido há mais de 360 dias.
As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

(vi) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de câmbio em compromissos firmes, como hedge de fluxo de caixa. Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente.

Os derivativos não designados como instrumentos de hedge são classificados como ativo ou passivo de acordo com fluxo de vencimento.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação. Para os instrumentos financeiros derivativos da Companhia são utilizadas mensurações de valor justo de Nível 2.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial se equivalem aos seus respectivos valores justos e não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

2.10 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e

passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

2.11 Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado pelo valor de custo, o qual é formado pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso.

A depreciação é calculada pelo método linear, usando as seguintes vidas úteis: edificações de 30 anos, equipamentos de operação de 10 a 15 anos e outros de 5 a 10 anos. O valor residual e vida útil dos ativos são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

2.12 Custos dos empréstimos

Custos dos empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa do exercício em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.13 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de formação ou aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil-econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável. Os intangíveis atualmente detidos pela Companhia são amortizados em cinco anos, pelo método linear. O exercício e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A Companhia não tem ativos gerados internamente.

2.14 Estoques

Compostos por combustível, peças e materiais para manutenção, avaliados ao custo médio de aquisição.

2.15 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.16 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do valor da obrigação possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em consideração alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	23	24	23	24
Banco conta movimento	2.977	1.749	3.026	1.749
Depósitos a curto prazo	194.870	160.741	195.148	161.018
	197.870	162.514	198.197	162.791

As aplicações financeiras apresentadas como equivalentes de caixa, são títulos de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. São mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros propósitos. As aplicações são remuneradas pela variação do CDI em uma média de 98,8% do índice (em média de 98% em 2019).

4 Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registra os valores a receber de clientes relativo às atividades de prestação de serviços portuários, de movimentação de cargas e armazenagem, conforme abertura abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Duplicatas a receber - mercado interno	11.825	7.139	11.825	7.139
Duplicatas a receber - mercado externo	11.837	7.732	11.837	7.732
Duplicatas a receber - partes relacionadas	10.682	9.654	10.682	9.654
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(1.030)	(276)	(1.030)	(276)
	33.314	24.249	33.314	24.249

A Companhia utiliza um percentual de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas na perda histórica dos clientes.

A revisão da perda histórica é feita de forma prospectiva e é ajustada mensalmente, levando em consideração a análise individual por cliente.

O montante registrado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 1.030 (R\$ 276 em 31 de dezembro de 2019).

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	(276)	(276)	(276)	(276)
Adições/reversões	(754)	-	(754)	-
Saldo no final do exercício	(1.030)	(276)	(1.030)	(276)

A composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Consolidado
	31/12/2020
A vencer	28.037
Vencido até 30 dias	3.107
Vencido 31 a 60 dias	589
Vencido 61 a 90 dias	188
Vencido 91 a 180 dias	263
Vencido 181 a 360 dias	673
Vencido acima de 360 dias	1.487
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.030)
	33.314

Parte substancial dos títulos do contas a receber vencidos, R\$ 3.746 se referem a partes relacionadas e não apresentam risco de recebimento.

5 Impostos sobre o lucro

5.1 Reconciliação da alíquota efetiva

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes dos impostos	109.477	62.780	109.479	62.783
Impostos à alíquota nominal de 34%	(37.222)	(21.345)	(37.223)	(21.346)
Diferenças permanentes	(12)	(169)	(13)	(171)
Impostos registrados no resultado	(37.234)	(21.514)	(37.236)	(21.517)
Correntes	(26.224)	(19.269)	(26.226)	(19.272)
Diferidos	(11.010)	(2.245)	(11.010)	(2.245)
Alíquota efetiva	34%	34%	34%	34%

5.2 Impostos diferidos ativos

Os créditos fiscais diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social foram apurados em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32 / IAS12, que trata de tributos sobre o lucro, e tem por base prejuízos fiscais e base negativa, além de diferenças temporárias, compostos da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo fiscal e base negativa	48.754	50.999	48.754	50.999
Realização de prejuízo fiscal	(11.502)	(8.332)	(11.502)	(8.332)
Outras diferenças temporárias	492	6.087	492	6.087
Total de imposto diferido ativo	37.744	48.754	37.744	48.754

O valor acumulado de diferenças temporárias refere-se basicamente ao efeito do tributo com exigibilidade suspensa, decorrente da causa que a Companhia tem junto à Prefeitura do município referente ao ISS.

A Administração prevê que os impostos diferidos sobre prejuízos fiscais tem recuperabilidade estimada conforme plano de negócios preparado pela Administração, aprovado pelo conselho de administração que demonstra sua recuperação nos próximos quatro anos, conforme segue:

	2021	2022	2023	2024
Realização do imposto de renda diferido				
Realização de prejuízo fiscal	11.167	12.304	12.170	2.103

6 Investimentos

O investimento da Companhia em controlada está demonstrado como segue:

	31/12/2020					31/12/2019	
	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado	Participação no capital %	Equivalência patrimonial	Investimento	Investimento
Porto Itapoá Logística S.A.	100	358	3	100%	3	358	355
					3	358	355

7 Imobilizado

	Terrenos	Edificações	Equipamentos de operação	Outros	Imobilizado em andamento	Total
Vida útil	-	10 a 30 anos	1 a 15 anos	3 a 10 anos	-	
Custo:						
Em 31 de dezembro 2018	30.294	580.181	248.696	18.360	29.690	907.221
Adições	-	46	3.747	5.362	31.200	40.355
Baixas	-	-	(1.880)	(266)	-	(2.146)
Transferências	-	(51)	(786)	2.859	(2.022)	-
Em 31 de dezembro de 2019	30.294	580.176	249.777	26.315	58.868	945.430
Adições	1.668	50	4.743	2.721	14.404	23.586
Baixas	-	-	(2.769)	(1.346)	-	(4.115)
Transferências	-	-	24	56	(80)	-
Em 31 de dezembro de 2020	31.962	580.226	251.775	27.746	73.192	964.901
Depreciação Acumulada:						
Em 31 de dezembro 2018	-	(96.552)	(93.063)	(13.694)	-	(203.309)
Despesa de depreciação	-	(20.835)	(18.707)	(2.473)	-	(42.015)
Baixas	-	-	1.752	251	-	2.003
Em 31 de dezembro de 2019	-	(117.387)	(110.018)	(15.916)	-	(243.321)
Despesa de depreciação	-	(20.840)	(24.683)	(3.431)	-	(48.954)
Baixas	-	-	2.623	1.345	-	3.968
Em 31 de dezembro de 2020	-	(138.227)	(132.078)	(18.002)	-	(288.307)
Valor contábil líquido:						
Em 31 de dezembro de 2019	30.294	462.789	139.759	10.399	58.868	702.109
Em 31 de dezembro de 2020	31.962	441.999	119.697	9.744	73.192	676.594

Os bens da Companhia, em sua maioria, estão alienados fiduciariamente à nova estrutura de dívida assinada em 10 de janeiro de 2019, que contempla Empréstimos e Debêntures.

Imobilizado em andamento

Basicamente composto pelos gastos de execução da Etapa B da Fase II do processo de expansão do Porto, sendo, em sua maioria, composto por supressão vegetal, aterro, gastos sócio ambientais e de comunicação, compensação ambiental, assessorias jurídicas e gerenciamento de obras.

Parte do montante registrado como imobilizado em andamento, aproximadamente R\$ 43 milhões, foi ativado durante os meses de janeiro e fevereiro de 2021. O saldo será imobilizado quando da finalização das demais etapas de expansão que continuam em andamento.

8 Empréstimos, financiamentos e debêntures

			Controladora		Consolidado	
	Juros	Vencimento	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
3ª Emissão de						
Debêntures + Loan:						
ABC (ii)	Nominal: 3,35% a.a.+100% DI	jan/27	147.526	156.206	147.526	156.206
ING (ii)	Nominal: 3,35% a.a.+100% DI	jan/27	147.526	156.206	147.526	156.206
LOAN BID (iii)	Nominal: 3,5% a.a.+100% DI	jan/30	153.783	156.360	153.783	156.360
Custos com a captação			(15.025)	(16.680)	(15.025)	(16.680)
2ª CCB						
ABC	Nominal: 3,1% a.a.+100% DI	jan/21	1.121	5.625	1.121	5.625
ECA						
Santander (i)	Nominal: 2,5% a.a.+ Libor	out/23	42.203	55.066	42.203	55.066
Custos com a captação			(4.302)	(5.594)	(4.302)	(5.594)
ECA						
Total dos empréstimos			472.832	507.189	472.832	507.189
Curto Prazo	Passivo Circulante		43.448	44.154	43.448	44.154
Longo Prazo	Passivo Não Circulante		429.384	463.035	429.384	463.035

Mapa de movimentação dos empréstimos

Em 31 de dezembro 2019	<u>507.189</u>
Juros, variação cambial e custos com captação de empréstimos	31.378
Pagamento de financiamento	(26.424)
Juros pagos	(39.311)
Em 31 de dezembro 2020	<u><u>472.832</u></u>

A Companhia elegeu como política contábil, classificar os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como atividades de financiamento, porque os respectivos recursos foram obtidos com o propósito de realização de investimentos na construção e expansão do terminal portuário, além de aquisição de equipamentos. Esta política contábil é aplicada de forma consistente.

Vencimento dos empréstimos e financiamentos:

	<u>31/12/2020</u>
2020	10.703
2021	35.410
2022 - 2030	446.046
Total	<u>492.159</u>
Custos	<u>(19.327)</u>
Total	<u>472.832</u>

(i) ***ECA - Export Credit Agency***

Em 25 de novembro de 2015 foi assinado o contrato de empréstimo com o Banco Santander (“Facility Agreement” ou “FA”) com garantia de 95% pela agência exportadora de crédito (ECA, em inglês) chinesa SINOSURE no valor total de US\$ 24.527, a uma taxa Libor + 2,5% a.a., com prazo total de 9 anos, sendo 1 ano de carência para principal, amortização SAC em 16 parcelas semestrais, com vencimento em 14 de outubro de 2024. Os recursos foram captados para financiamento dos novos equipamentos operacionais adquiridos pela Companhia junto ao fornecedor ZPMC, os quais compõem a Etapa A da Fase II de expansão do Porto.

Após o cumprimento de todas as condições precedentes, o primeiro desembolso no valor de US\$ 2.886 ocorreu em 30 de dezembro de 2015, ato subsequente foi contratada operação de swap para Reais (R\$) a CDI + 1,51% a.a. em 4 de janeiro de 2016. O segundo desembolso, no valor de US\$ 14.428, ocorreu em 8 de janeiro de 2016, com swap na mesma data para Reais (R\$) a uma taxa de CDI + 1,83% a.a. O terceiro desembolso, no valor de US\$ 5.771, ocorreu em 15 de abril de 2016, com swap para Reais (R\$) contratado em 23 de março de 2016 (janela de oportunidade cambial) para início em 11 de abril de 2016, que representava naquele momento a melhor expectativa de desembolso. A operação foi fechada a uma taxa CDI + 1,35% e ptax de R\$ 3,79. O quarto e último desembolso, no valor de US\$ 1.443, ocorreu em 30 de setembro de 2016, com swap na mesma data para Reais (R\$) a uma taxa de CDI + 1,48% a.a. e ptax de R\$ 3,268.

Todas as operações de swap, que totalizam R\$ 96.789 foram fechadas para o prazo total da dívida com o Banco Santander. Dessa forma, a Companhia já executou 100% do valor do contrato com preço médio de CDI + 1,67 % a.a.

Os valores totais de US\$ 21.642 acumulados nos nove primeiros meses de 2016 foram liquidados diretamente ao fornecedor dos equipamentos, sem efeito de caixa na Demonstração do fluxo de caixa da Companhia.

Custos com a captação

Referem-se aos custos incorridos e atribuíveis às atividades necessárias para a captação, sendo eles: gastos com a elaboração de prospectos e relatórios, remuneração de serviços profissionais de terceiros, impostos, seguros, taxas e comissões. Conforme previsto no CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, tais custos integram a taxa efetiva de juros.

Garantias e covenants

As medições dos covenants são efetuadas semestralmente.

Foram pactuados o penhor dos bens em favor do Banco Santander e adicionalmente, a Companhia contratou uma apólice de seguro para cobertura de risco político e comercial com a ECA (Export Credit Agency) chinesa SINOSURE, para 95% do valor do empréstimo. A administração das obrigações do contrato ficará a cargo do Santander Brasil. Adicionalmente a Companhia tem a obrigação de cumprimento de determinados *covenants* financeiros, a saber:

- (a) ICSD - Índice de cobertura do serviço da dívida decorrente do quociente do serviço da dívida Líquida pelo EBITDA (lucro antes de juros, impostos sobre o lucro, depreciação e amortização): maior a 1,20 a partir de 31 de dezembro de 2015;
- (b) Índice da dívida líquida sobre capital social: igual ou inferior a 4,00 a partir de 31 de dezembro de 2015;
- (c) Índice da dívida líquida sobre EBITDA: igual ou inferior a 4,00 a partir de 30 de junho de 2016.

Em 31 de dezembro de 2020, o ICSD - índice de cobertura do serviço da dívida apurado foi de 1,96, o índice da dívida líquida sobre capital social foi de 0,72 e o índice da dívida líquida sobre EBITDA foi de 1,42.

(ii) *Debêntures – 3ª emissão*

Considerado a continuidade do projeto de expansão do terminal, fez-se necessário adequar a estrutura de capital da Companhia, a qual foi viabilizada através da estrutura de financiamento apresentada nos seguintes termos:

Em 10 de janeiro de 2019 foi assinada a Escritura de Emissão Pública de Debêntures (Debêntures) entre a Companhia (Emitente) e a instituição bancária Banco ABC Brasil S.A. (Coordenador), com esforços restritos de distribuição, no valor total de R\$300 milhões, com taxa indexada ao DI + spread de 3,35% e prazo de 8 anos, sendo um ano de carência apenas para principal. A emissão ocorreu em 15 de janeiro de 2019 e os pagamentos serão semestrais a partir da data de emissão, sendo que a amortização customizada do principal terá início em 15 de janeiro de 2020, em 15 parcelas, com vencimento final em 15 de janeiro de 2027.

O Agente Fiduciário nomeado é Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Destinação dos recursos

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão foram utilizados para (a) o resgate antecipado da totalidade das Debêntures Existentes (1ª e 2ª emissão) cujos recursos foram destinados a investimentos na construção e expansão do pátio e cais existentes e na aquisição de equipamentos para aumentar a capacidade operacional da Companhia e capacitá-la para suportar movimentação anual de 1,2 milhão de TEUs; (b) financiar os investimentos a realizar referentes à expansão; e (c) reforço de capital de giro.

Custos com a captação

Referem-se aos custos incorridos e atribuíveis às atividades necessárias para o processo de estruturação das Debêntures, sendo eles: gastos com a elaboração de prospectos e relatórios, remuneração de serviços profissionais de terceiros, impostos, taxas e comissões. Conforme

previsto no CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, tais custos integram a taxa efetiva de juros.

Garantias e covenants

O contrato está garantido pelas ações da Companhia, terreno do Porto (matrícula 25.656), determinados equipamentos operacionais e determinados direitos creditórios, tais como Contratos do Projeto, Contratos Comerciais, Apólice de Seguro, Indenizações, Receita Cedido e Sobejo Alienação Fiduciária de Imóvel. Além de suporte dos Acionistas, dada a possibilidade de aportes de capital caso os índices abaixo não sejam atendidos:

- (a) ICSD - Índice de cobertura do serviço da dívida, que deverá ser igual ou superior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) a partir de 30 de junho de 2019;
- (b) Índice da dívida líquida sobre EBITDA: a partir de 30 de junho de 2019, conforme tabela abaixo:

Período	Valor do Índice Financeiro
Até Jun/2019	Menor ou igual a 2,9 vezes
De Jul/2019 até Jun/2020	Menor ou igual a 2,75 vezes
De Jul/2020 até Jun/2021	Menor ou igual a 2,5 vezes
De Jul/2021 até Jun/2022	Menor ou igual a 2,25 vezes
A partir de Jul/2022	Menor ou igual a 2,0 vezes

Em 31 de dezembro de 2020, o ICSD - índice de cobertura do serviço da dívida apurado foi de 1,96 e o índice dívida líquida sobre EBITDA apurado foi de 1,42.

(iii) *Loan: Empréstimo IDB*

Em 10 de Janeiro de 2019 foi assinado o Contrato de Empréstimo (Loan Agreement) entre a Companhia (Emitente) e Inter-American Investimet Corporation (IDB) no valor total de R\$150 milhões, com taxa indexada ao DI + spread de 3,50% e prazo de 11 anos, sendo dois anos de carência apenas para principal. Os pagamentos serão semestrais a partir da data de emissão, sendo que a amortização customizada do principal terá início em 15 de janeiro de 2021, em 19 parcelas, com vencimento final em 15 de janeiro de 2030.

Destinação dos recursos

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão utilizados para; (a) o resgate antecipado da totalidade das Debêntures Existentes, cujos respectivos recursos foram destinados a investimentos na construção e expansão do pátio e cais existentes e na aquisição de equipamentos para aumentar a capacidade operacional da Companhia e capacitá-la para suportar movimentação anual de 1,2 milhão de TEUs; (b) financiar os investimentos a realizar referentes à expansão; e (c) reforço de capital de giro.

Custos com a captação

Referem-se aos custos incorridos e atribuíveis às atividades necessárias para o processo de estruturação das Debêntures, sendo eles: gastos com a elaboração de prospectos e relatórios, remuneração de serviços profissionais de terceiros, impostos, taxas e comissões. Conforme previsto no CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, tais custos integram a taxa efetiva de juros.

Garantias e Covenants

O contrato está garantido pelas ações da Companhia, terreno, determinados equipamentos operacionais e determinados direitos creditórios. Além de suporte dos Acionistas, dada a possibilidade de aportes de capital caso os índices abaixo não sejam atendidos:

- (a) ICSD - Índice de cobertura do serviço da dívida, que deverá ser igual ou superior a 1,30 (um inteiro e trinta centésimos) a partir de 30 de junho de 2019.
- (b) Índice da dívida líquida sobre EBITDA: a partir de 30 de junho de 2019, conforme tabela abaixo:

Período	Valor do Índice Financeiro
Até Jun/2019	Menor ou igual a 2,9 vezes
De Jul/2019 até Jun/2020	Menor ou igual a 2,75 vezes
De Jul/2020 até Jun/2021	Menor ou igual a 2,5 vezes
De Jul/2021 até Jun/2022	Menor ou igual a 2,25 vezes
A partir de Jul/2022	Menor ou igual a 2,0 vezes

Em 31 de dezembro de 2020, o ICSD - índice de cobertura do serviço da dívida apurado foi de 1,96 e o índice dívida líquida sobre EBITDA foi de 1,42.

9 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores nacionais	7.948	7.881	7.948	7.881
Fornecedores estrangeiros	44	18	44	18
Total de fornecedores	7.992	7.899	7.992	7.899

10 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia possui processos de natureza cível, trabalhista e tributária em andamento, para os quais foram constituídas provisões, no caso de perdas prováveis, suportadas por opiniões de assessores jurídicos. As movimentações das provisões e dos respectivos saldos são compostas da seguinte forma:

	Consolidado			
	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020
Previdenciário/ Cível	4.153	1.308	-	5.461
Trabalhistas	1.659	3.059	(159)	4.559
Tributários	15.338	7.832	-	23.170
Depósitos judiciais	(20.165)	(9.320)	162	(29.323)
	985	2.879	3	3.867

A Companhia discute junto ao município de Itapoá, o aumento da alíquota de ISSQN sobre a prestação de serviços portuários de 3% para 5%, entretanto, deposita judicialmente a diferença e realiza a constituição de provisão para contingências tributárias.

Para as demais causas, substancialmente trabalhistas e cíveis, em que é possível o desembolso de caixa, os valores totalizam R\$ 16.430 (R\$ 20.219 em 31 de dezembro de 2019). Cabe ressaltar que tais valores têm cunho apenas informativo, não havendo provisão contábil para tais causas e que ao menos uma vez ao ano, a Companhia realiza a atualização formal junto à seus

consultores externos a fim de certificar a situação dos processos e, mensalmente, o departamento jurídico realiza as análises necessárias para obter entendimento do avanço das causas.

11 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social totaliza R\$ 381.643 em 31 de dezembro de 2020 e 2019, representado por 154.183.308 ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente integralizadas. O capital social da Companhia está assim distribuído:

Capital social Integralizado	31/12/2020	31/12/2019
Portinvest Participações S.A. ("Portinvest")	267.151	267.151
Aliança Administração de Imóveis e Participações Ltda. ("Aliança")	114.492	114.492
	381.643	381.643

Dividendos

O valor de R\$ 42.624 de dividendos pagos durante o exercício de 2020 compreende os dividendos mínimos obrigatórios destinados em 2019 no montante de R\$ 9.801, acrescido do valor correspondente à reserva de lucros excedente apurada no exercício de 2018 e não utilizada no exercício de 2019 no montante de R\$ 32.823, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2020, os pagamentos foram realizados no dia 15 de maio de 2020.

Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal terá por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Dividendos mínimos obrigatórios

Conforme Estatuto Social da Companhia, os acionistas possuem o direito de receber, em cada exercício, a título de dividendos, o percentual mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, ajustado na forma da legislação societária. O valor de Dividendos a pagar registrado no passivo – R\$ 17.158, refere-se à destinação do lucro de 2020, já líquido da constituição da reserva legal.

A administração levará a próxima assembleia a proposta para a distribuição de 100% dos lucros apurados no exercício de 2020, no valor de R\$ 51.473.

12 Partes relacionadas

12.1 Identificação das partes relacionadas

As partes relacionadas da Companhia basicamente referem-se aos acionistas e seus controladores, conforme abaixo:

Acionistas Itapoá Terminais Portuários S.A.	Controladores do acionista
Portinvest Participações S.A.	Portosul Participações S.A. N.O.G.S.P.E Empreendimentos e Participações S.A. Aliança Navegação e Logística Ltda.
Aliança Adm. de Imóveis e Particip. Ltda.	Hamburg Süd Brasil Ltda.

12.2 Saldos e transações

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia prestou serviços de atividade portuária para Battistella Indústria e Comércio Ltda e também para o Grupo Hamburg Süd e Maersk em um total de R\$ 74.144 (R\$ 71.332 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$ 10.682 (R\$ 9.654 em 31 de dezembro de 2019) permanecem a receber. As transações comerciais, envolvendo operações com partes relacionadas, são realizadas conforme condições específicas acordadas entre as partes.

12.3 Remuneração dos administradores

Em 31 de dezembro de 2020, a Administração da Companhia é composta por sete conselheiros, dois diretores e um diretor-presidente. A título de remuneração aos membros do Conselho de Administração e Diretoria, a Companhia registrou o montante de R\$ 4.494 por seus serviços durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 3.849 em 31 de dezembro de 2019). Em 31 de dezembro 2020 o valor total provisionado para a participação de resultados do pessoal chave da Administração é de R\$ 1.855 (R\$ 892 em 31 de dezembro de 2019).

13 Receita operacional líquida

Receita dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita mercado interno	280.555	247.833	280.555	247.833
Receita mercado externo	126.115	115.759	126.115	115.759
(-) Impostos sobre vendas	(45.226)	(40.744)	(45.226)	(40.744)
Receita líquida	361.444	322.848	361.444	322.848

A receita operacional da Companhia é proveniente principalmente do mercado nacional (69% mercado interno e 31% mercado externo) e se refere a operação portuária e demais atividades correlatas como engajamento de cargas, logística e movimentação de cargas gerais e carga containerizada. A receita é reconhecida após a conclusão da prestação do serviço.

Conforme divulgado na nota explicativa 12.2, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia prestou serviços de atividade portuária para o Grupo Hamburg Süd e Maersk em um total de R\$ 74.144 (R\$ 71.332 em 31 de dezembro de 2019), sendo este o único grupo econômico com participação superior a 10% do faturamento da Companhia.

Os clientes de mercado externo estão localizados principalmente na Alemanha, França, Dinamarca, China, Suíça e Reino Unido.

14 Outras informações sobre receitas e despesas

14.1 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Custo dos serviços prestados	(165.084)	(154.111)	(165.085)	(154.112)
Despesas comerciais	(8.472)	(8.853)	(8.472)	(8.853)
Gerais e administrativas	(46.326)	(44.059)	(46.326)	(44.059)
Total	(219.882)	(207.023)	(219.883)	(207.024)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Salários e encargos	(87.953)	(81.506)	(87.953)	(81.506)
Depreciação e amortização	(52.225)	(44.033)	(52.225)	(44.033)
Serviços de terceiros	(20.685)	(25.804)	(20.685)	(25.804)
Material de uso e consumo	(13.747)	(15.184)	(13.747)	(15.184)
Despesas gerais e de manutenção	(13.876)	(11.881)	(13.876)	(11.881)
Honorários da administração	(6.349)	(5.003)	(6.349)	(5.003)
Despesas com infraestrutura, seguro e viagens	(5.013)	(6.172)	(5.014)	(6.173)
Provisão para contingências	(4.367)	(1.312)	(4.367)	(1.312)
Despesas com energia elétrica	(15.667)	(16.128)	(15.667)	(16.128)
Total	(219.882)	(207.023)	(219.883)	(207.024)

14.2 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras:				
Juros sobre aplicação financeira	4.539	6.873	4.546	6.886
Juros recebidos	206	201	206	201
Variação cambial	10.727	8.857	10.727	8.857
Outros	(581)	1.588	(581)	1.592
	14.891	17.519	14.898	17.536
Despesas financeiras:				
Juros incorridos	(31.378)	(56.840)	(31.378)	(56.840)
Variação cambial	(12.927)	(10.963)	(12.927)	(10.963)
Outros	(1.920)	(2.771)	(1.921)	(2.774)
	(46.225)	(70.574)	(46.226)	(70.577)
Resultado financeiro líquido	(31.334)	(53.055)	(31.328)	(53.041)

15 Instrumentos financeiros e gestão de risco financeiro

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

As operações que envolvem instrumentos financeiros ativos e passivos, conforme abaixo, estão registradas contabilmente pelos valores compatíveis com os respectivos contratos celebrados entre as partes. Os principais instrumentos financeiros, na data do balanço, eram os seguintes:

Caixa e equivalentes de caixa

São representados por depósitos bancários livres para movimentação e registrados por valor de mercado. Assim, a Administração considera o valor de mercado muito próximo do valor contábil.

As aplicações financeiras apresentadas como caixa e equivalentes de caixa, são de liquidez imediata e registradas por valor equivalente ao seu valor de mercado, e não possuem cláusulas compromissadas. Assim, a Administração considera o valor de mercado muito próximo do valor contábil.

Contas a receber

Decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente. Considerando o prazo curto o valor contábil se aproxima do valor justo.

Contas a pagar

Os valores divulgados aproximam-se de seus valores de mercado, considerando o seu vencimento em curto prazo. Os valores a pagar ao mercado externo estão sujeitos aos efeitos das flutuações nas taxas de câmbio da moeda estrangeira.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Conforme descrito na Nota Explicativa 8, os passivos financeiros da Companhia estão apresentados pelos valores contratados adicionados dos correspondentes juros efetivos e variações monetárias incorridas até a data do balanço. Estão registrados à valor justo e não estão expostos às flutuações das taxas de juros futuras de mercado.

Derivativos

Conforme demonstrado na nota explicativa 8, a Companhia faz uso de derivativos de Swap com o objetivo de proteção das suas exposições ao risco de taxa de juros e variação cambial. O ganho ou perda decorrente da atualização do valor justo do instrumento financeiro, é registrado no resultado do exercício como receita ou despesa financeira. Durante o exercício de 2020, o efeito reconhecido no resultado foi um ganho de R\$ 15.058 (ganho de R\$ 350 em 31 de dezembro de 2019).

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos financiamentos, debêntures e fornecedores. O principal propósito desses passivos financeiros foi prover os recursos para a construção das instalações e para a operação da Companhia.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Instrumentos financeiros relevantes da Companhia, em 31 de dezembro de 2020 afetados pelo risco de mercado são as contas a

pagar de imobilizado e aplicações (afetados pelo risco da taxa de juros).

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o fluxo de caixa futuro de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

O quadro a seguir demonstra o grau de sensibilidade dos principais instrumentos da Companhia ao risco de taxa de juros, considerando como cenário provável as taxas praticadas em 31 de dezembro de 2020 e cenários de redução e aumento das taxas em 25% e 50% (efeitos para um exercício):

	Risco	Cenários				
		-50%	-25%	Atual	25%	50%
Aplicações	Juros CDI	97.574	146.361	195.148	243.935	292.722
Empréstimos	Variação DI	(217.466)	(326.198)	(434.931)	(543.664)	(652.397)
		(119.892)	(179.837)	(239.783)	(299.729)	(359.675)
Referência: CDI - 12 meses		1,38%	2,07%	2,76%	3,45%	4,14%
Contas a pagar	INPC	3.996	5.994	7.992	9.990	11.988
INPC 2020		2,73%	4,09%	5,45%	6,81%	8,18%

Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos e a flexibilidade de planejamento de liquidez recorrente.

O quadro abaixo resume o perfil de vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2020, com base nos pagamentos contratuais não descontados e com os juros projetados para pagamento:

	Até 1 ano	>1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Fornecedores	7.992	-	-	7.992
Obrigações fiscais, trabalhistas e outras	23.216	3.867	-	27.083
Contas a pagar de imobilizado	72	-	-	72
Empréstimos e financiamentos	47.476	251.074	188.175	486.725
Empréstimos - Swap/derivativos	(5.637)	(15.812)	-	(21.449)
	73.119	239.129	188.175	500.423

* * *